



SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

1 - PREÂMBULO

Torna-se público para conhecimento dos interessados que a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA, sediada na Rua Conde de Araruama, nº 425, Centro – Quissamã/RJ, realizará por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, através da rede mundial de computadores – INTERNET, no endereço eletrônico abaixo descrito, LICITAÇÃO com participação HÍBRIDA, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no modo de disputa ABERTO, com o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, com aplicação subsidiária, no que couber, dos Decretos Municipais nº 3841/2024; 3842/2024; 3845/2024; 3846/2024 e suas alterações, da Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas.

Processo Administrativo nº 9043/2024.

Data da sessão: 04/09/2024

Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)

Local: Sistema de Compras do Governo Federal

Endereço Eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.1 - ANEXOS DO EDITAL

Integram este edital, para todos os efeitos, os seguintes Anexos:

- I - Termo de Referência;
- I/I – Estudo Técnico Preliminar;
- II/I – Planilha de custos,
- II – Descrição dos serviços (Requisição);
- III - Modelo de Proposta de Preços;
- IV – Minuta de Contrato.

2 - DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de banheiros com fornecimento de mão-de-obra e material de limpeza para manutenção dos banheiros e prédios administrativos do Parque de Exposições Renato Queiros Carneiro da Silva, durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã - RJ, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital.



2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema de Compras do Governo Federal, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO.

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 04 (quatro) dias, contados da data da assinatura do contrato e início da ordem de serviço, a ser emitido pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA, após a formalização do contrato e da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.2. O prazo determinado para início dos serviços no Termo de Autorização poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.

3.3. Eventual pedido de prorrogação nos termos do item anterior, deverá ser encaminhada à SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA, localizada à Rua Conde de Araruama, nº 425 – Centro - Quissamã/RJ, Telefone: (22) 2768-1236.

3.4. O contrato decorrente da licitação poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal máximo previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

3.5. Além da possibilidade de extinção contratual pela ausência de vantajosidade compreendida no item anterior, o contrato poderá ser extinto ainda no caso da inexistência de créditos orçamentários para a sua continuidade, na forma prevista no inciso III e § 1º do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.

3.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto no Anexo VII-F da Instrução Normativa n.º 05/2017.

3.7. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1 - O preço estimado da presente licitação é de **R\$ 58.877,24** (Cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), conforme descrição dos serviços – ANEXO II deste Edital.

4.2 – A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA foi responsável para composição do valor estimado através de pesquisas de preços realizada no



mês julho de 2024, pela equipe da SEMAG, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais, conforme detalhado na planilha de pesquisa de preços (Mapa comparativo).

5 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FUNCIONAIS	DESPESA	FONTE	FICHA	%
20.608.0136.2.148	3.3.90.39	170403 - ROYALTIES	3750	100

6. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

6.2. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

6.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do **Sistema Portal de Compras Públicas** para sua correta utilização;

6.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.

7 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

7.1. A licitação instaurada possui formato com admissão de HÍBRIDA participação, destinada às empresas interessadas que atenderem às seguintes condições:

7.1.1. Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

7.1.2. Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br

7.1.3. Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br para sua correta utilização;

7.1.4. Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos.



7.2. Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame e que atendam, ainda, aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

7.3. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar as condições previstas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.3.1. A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

7.4. Diante da hipótese suscitada no subitem 7.3.1, caso a licitante ME EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando à Prefeitura Municipal de Quissamã, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.5. Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, a própria Prefeitura Municipal de Quissamã, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8 – PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

8.1. Será admitida a participação de cooperativa de trabalho na licitação, quando esta caracterizada, evidenciar as seguintes condições:

8.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

8.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;



8.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

8.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8.2. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

8.2.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

8.2.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

8.3. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no inciso XI do item 19.10.

8.4. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

8.5. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos às cooperativas, quando elas atenderem ao disposto no art. 3º, § 4º, inc. VI, e art. 34 da Lei federal nº 11.488/2007.

9 – PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

9.1. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a SEMDE, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária.

9.2. Apresentarão, de forma conjunta, mas individualizada, documentação de habilitação prevista no item 19.9;

9.3. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

9.4. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;



9.5. O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

10 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

10.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:

10.1.1. Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/2002;

10.1.2. Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, da Prefeitura Municipal de Quissamã, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.3. Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.4. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.6. Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.1.7. O agente público da PMQ, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

10.1.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.1.9. Agente público da PMQ, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.



10.1.10. Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

10.1.10.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

10.1.11. Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

10.1.12. Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

10.1.13. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

10.1.14. Os impedimentos previstos nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

10.1.15. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

10.2. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

11 – DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E OUTROS DOCUMENTOS

11.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

11.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, na forma do § 1º do artigo 20 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.



11.3. Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s) e/ou material(s), o(s) preço(s) unitário(s) e total(ais) do(s) item(ns) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de prestação dos serviços ou fornecimento do material, contado do recebimento da solicitação; o prazo de validade da proposta comercial.

11.4. Os licitantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital de licitação, na forma do inciso IV do artigo 82 da Lei Federal 14.133/2021.

11.5. Configurada a situação prevista no item 7.4, com o iminente desenquadramento durante a possível contratação, as licitantes então caracterizadas como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) não poderão utilizar dos benefícios tributários na proposta e planilha de preços a serem apresentadas no certame.

11.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.6.1. Está ciente do inteiro do edital e seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.6.2. A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1998, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

11.6.3. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

11.6.4. Inexiste impedimento à habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao Órgão Competente da Prefeitura Municipal de Quissamã;

11.6.5. Possui ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.6.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.6.7. Não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



11.6.8. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

11.6.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

11.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.8. No caso de licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/ 2021.

11.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 11.6.1 a 11.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

11.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta(s) ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

11.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

11.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

11.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

11.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



11.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

11.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

11.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 11.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.15.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.15.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, contendo o valor unitário e total do serviço ou material; descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

12.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto.

12.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta.

12.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

12.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação;

12.9.1. O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no Anexo III do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

12.10. O prazo de validade da proposta comercial será de 90 (noventa) dias contados da data limite para apresentação das propostas.

12.11. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse da Prefeitura Municipal de Quissamã, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

13 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá automaticamente pelo sistema na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

13.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação.

13.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

13.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

13.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



13.8. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

13.9. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.10. Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14 – MODO DE DISPUTA E FORMULAÇÃO DOS LANCES

14.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

14.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

14.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

14.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

14.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 50,00 (cinquenta reais).

14.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

14.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

14.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecuível.



14.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

14.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 14.9 e 14.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

14.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 14.9 e 14.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

14.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

14.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 14.9 e 14.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

14.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

14.11. Ao final da etapa competitiva, observada a prerrogativa das microempresas e empresas de pequeno porte previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538, de 2015, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no Artigo 60 da lei Federal nº 14.133/21.

14.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.12. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15. DOS BENEFÍCIOS DAS ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

15.1. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

15.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.1.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.1.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação, a licitante for considerada habilitada.

16. DA NEGOCIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS

16.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/06, o pregoeiro deverá propor negociação direta com o licitante melhor classificado, objetivando obter condições mais vantajosas para a



Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

16.2. A negociação será realizada e registrada por meio do sistema www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação.

16.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará os impedimentos previstos nos subitens 7.1.1 a 7.1.4.

16.4. Deverá ser observado, ainda, se o licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas no item 10 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.4.1. SICAF;

16.4.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral de União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

16.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

16.5. As consultas realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.6. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

16.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

16.6.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

16.6.3. Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação.

16.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



17. DA CONFORMIDADE E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA MELHOR CLASSIFICADA

17.1. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

17.2. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I e da REQUISIÇÃO – ANEXO II deste edital.

17.3. O critério de julgamento das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL.

17.4. Será rejeitada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:

17.4.1. Contiver vícios insanáveis;

17.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

17.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

17.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

17.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

17.5. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados na REQUISIÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS – ANEXO II deste edital, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada pelo seu responsável ou representante legal.

17.6. O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado de ofício pelo Pregoeiro ou por solicitação do licitante, por igual período inicial, mediante justificativa aceita, na forma do parágrafo 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

17.7. O Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, inclusive os seus valores unitários, desclassificando ao final, as que estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste edital.



17.8. Na verificação do preço final, deverá realizar a aferição da sua exequibilidade, considerando indícios de inaptidão as propostas inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado para a licitação, na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES N.º 73/2022.

17.9. Na hipótese de que trata o item anterior, a inexecuibilidade somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

I - o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

17.10. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99.

17.11. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA para orientar sua decisão.

17.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

17.13. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes.

18. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

18.1. O Pregoeiro observará o cumprimento das exigências de habilitação previstas nos itens 19 a 22, além da entrega e o cumprimento das obrigações a que se referem as declarações previstas no item 11.6.1 a 11.8 deste edital de licitação.

18.2. No exame da documentação de habilitação será utilizado os dados constantes no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, sendo que os documentos exigidos que não estejam neste contemplados deverão ser enviados por meio do sistema **Portal de Compras Públicas**, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

18.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante melhor classificado.

18.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

18.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles



se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

18.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

18.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

18.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares ao SICAF, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a ser definido, justificadamente, pelo Pregoeiro, contado da convocação efetuada no sistema, podendo ser prorrogado por igual período, nas situações elencadas no § 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022.

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

18.9. A verificação do Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

18.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme previsto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal 14.133/2021.

18.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

18.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022 (envio no prazo mínimo de 2 horas).

18.13. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

18.14. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre.



18.14.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

19. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

19.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.2. Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.3. Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

19.4. Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.5.1. No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

19.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

19.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



19.8. Os documentos apresentados deverão indicar os responsáveis pela Administração e estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

19.9. O consórcio de empresas, que vier a participar do procedimento licitatório deverá apresentar a seguinte documentação:

19.9.1. A comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

19.9.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representará as consorciadas perante a Prefeitura Municipal de Quissamã;

19.9.3. A documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

19.9.4. A declaração de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados em do consórcio, tanto nas etapas da licitação e quanto durante a vigência do contrato;

19.9.5. A declaração de compromisso de constituição e do registro do consórcio antes da celebração do contrato.

19.9.5.1. Empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

19.10. A cooperativa de trabalho, que deverá ser regida pela Lei nº 12.690/12, deverá atender, conforme o caso, todas às exigências de habilitação previstas neste ato convocatório, no que couber, assim como encaminhar, na forma do item 18.2 deste edital, os seguintes documentos para comprovação da sua habilitação jurídica/fiscal:

I – Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão “Cooperativa de Trabalho” na denominação social da cooperativa;

II – Estatuto (com ata da assembléia de aprovação);

III – Regimento interno (com ata da aprovação);

IV – Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com ata de aprovação);

V - Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, conforme previsto no artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/71;

VI – Edital de convocação de assembléia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

VII - Editais de convocação das três últimas assembléias gerais extraordinárias;

VIII – Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;



- IX – Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
- X – Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembléias gerais ou nas reuniões seccionais;
- XI - Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe;
- XII - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- XIII - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- XIV - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- XV - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

20. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

20.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -CNPJ/MF;

20.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

20.3 - Prova de regularidade de recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); As empresas com sede no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar a Certidão Negativa de ICMS acompanhadas da Certidão da Procuradoria Geral do Estado.

20.4. Prova de regularidade para com a Seguridade Social e a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d”, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

20.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante.

20.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;



20.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

20.8. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.9. Declaração firmada pela licitante, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/1988 e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da Lei Federal 14.133/2021, acrescido pela Lei Federal 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

20.10. As exigências relativas ao fornecimento das declarações previstas nos subitens 20.8 e 20.9 serão consideradas atendidas por meio de verificação do seu envio no **sistema eletrônico** www.portaldecompraspublicas.com.br

20.11. DOS BENEFÍCIOS FISCAIS DA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS:

20.11.1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

20.11.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Quissamã, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

20.11.3. A falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, consoante os termos do §5º do artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observando, se for o caso, as demais hipóteses previstas no parágrafo quarto.

20.11.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



21. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

22. RECURSOS

22.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

22.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

22.3. No que concerne as decisões proferidas nesta licitação, qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação.

22.4. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema.

22.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das razões recursais.

22.6. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidas ao Pregoeiro que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.7. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



22.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o titular da Secretaria de origem do processo adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

22.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.10. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

23.1.1. Advertência

23.1.2. Multa

23.1.3. Impedimento de Licitar e Contratar, e

23.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar.

23.2. Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

23.2.1. Declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, que se apresente para participar de procedimento licitatório, conforme o Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021;

23.2.2. Venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório, conforme artigo 337-F do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

23.2.3. Afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo, conforme artigo 337-K do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);

23.2.4. Devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo, conforme artigo 337-J do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021)

23.2.5. Patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, conforme artigo 337-G do Decreto-Lei 2.848/40 (Art. 178 da Lei Federal 14.133/2021);



23.2.6. Deixe de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

23.2.7. Não mantenha a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

23.2.7.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

23.2.7.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

23.2.7.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

23.2.7.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

23.2.8. Não celebre o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.2.8.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

23.2.9. Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

23.2.10. Fraude a licitação;

23.2.11. Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza, em especial quando:

23.2.11.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

23.2.11.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

23.2.11.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

23.2.12. pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.2.13. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n.º 12.846/13, em especial:

23.2.13.1. Venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, conforme a letra b do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

23.2.13.2. Crie, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, conforme a letra e do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;



23.2.13.3. Obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais conforme a letra f do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

23.3. Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

23.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.5. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 23.2.2 a 23.2.5, 23.2.9 a 23.2.13, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

23.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

23.6.1. Para as infrações previstas nos itens 23.2.1, 23.2.6 a 23.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

23.6.2. Para as infrações previstas nos itens 23.2.2 a 23.2.5, 23.2.9 a 23.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante.

23.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.



23.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

23.8.1. Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do Contrato ou da ata de registro de preço (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa, sujeitando-o a multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado, com base no valor adjudicado, na forma prevista no termo de referência, além da aplicação do Impedimento de Licitare e Contratar pelo período de até 3 (três) anos.

23.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

23.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

23.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

23.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Prefeitura Municipal de Quissamã.



23.16. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme previsto no artigo 161 na Lei Federal nº 14.133/2021.

23.17. As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação.

24. DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

24.1. Após a homologação, a Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

24.2. A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente ao fornecedor registrado, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

24.3. O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

24.4. Quando do comparecimento do fornecedor registrado para assinatura do contrato, deverão ser apresentados os documentos de Carteira de Identidade e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável pela assinatura do contrato. Se for procurador, apresentar, juntamente, a procuração comprovando o mandato.

24.5. O fornecedor registrado ficará obrigado a, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, entregar o contrato devidamente assinado pelo representante legal, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

24.6. Como condição para celebração do contrato, ou retirada da nota de empenho, o fornecedor registrado deverá manter as condições de habilitação consignadas neste edital, as quais serão verificadas novamente no momento da assinatura do termo.

24.7. O presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

24.8. Caso o fornecedor registrado não compareça para a retirada da nota de empenho ou assinatura do instrumento contratual, estará caracterizado o descumprimento total da obrigação



assumida, sujeitando a desistente às sanções legais cabíveis, especialmente as previstas neste edital de licitação, minuta de contrato e demais anexos.

24.9. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior e não havendo Cadastro de Reserva, o pregoeiro realizará a reabertura do pregão, examinando as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

24.10. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Secretaria de Licitações e Contratos, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24.11. As sanções administrativas mencionadas no item 25.9 não serão aplicáveis aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem anterior.

24.12. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

25. RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1. Executados os serviços na forma estipulada no termo de referência, será recebido provisoriamente pelos fiscais, Matheus Almeida do Desterro – Mat. 7561 e Lucia Helena de Souza – Mat. 7375 e serão recebidos definitivamente, no prazo de 01 (um) dia após o encerramento do evento, após executada a conferência e verificação do teor do respectivo documento fiscal com os relatórios emitidos pela contratada, pelo Sr. Carlos Fernando Baptista que emitirá o Termo de Recebimento Definitivo

25.2. Se constatar que o objeto foi executado em desacordo com o especificado ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

25.3. O aceite/aprovação do objeto pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

26. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



26.1. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Quissamã, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA em moeda corrente nacional, conforme tem 7 do Termo de Referência, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos SERVIÇOS, na forma do item 25. Os pagamentos seguirão conforme Art. 141 da Lei 14.133/2021.

26.1.1. O pagamento só será liquidado após a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

26.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

26.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, salvo em condições excepcionabilíssimas devidamente justificadas, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

26.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

27. REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

27.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

27.2. Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços contratados, nas seguintes situações:

27.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da obra ou do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

27.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

27.2.3. No caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, de 22.02.2024, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados,



utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

27.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

27.4. A Administração deverá efetuar resposta ao pedido de reajuste no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data da sua solicitação.

27.5. O prazo para resposta ao pedido de reajuste de preços somente começará a fluir somente a partir do momento em que o pedido da contratada se encontre correto e completamente instruído.

28. SUSTENTABILIDADE

28.1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus artigos 5º e 6º, no que couber, além de observar todas as condições específicas previstas no termo de referência.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

29.1. Qualquer pedido de esclarecimento, providências ou impugnações deverá ser enviado ao Pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

29.1.1. Eletrônico, no endereço: licitacaoquissama@gmail.com, até às 17hs, até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

29.1.2 – Por escrito, desde que encaminhada com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo protocolar a petição no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Quissamã, localizado na Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã - RJ, de segunda a quinta-feira, no horário das **8hs às 11hs e 13h30 às 16hs** e sexta-feira de **8hs às 12hs**, exceto feriados.

29.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

29.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

29.4. A decisão acerca da impugnação, que será proferida até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, caberá ao titular da Secretaria de Licitações e Contratos (SELIC).



29.5. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.

29.6. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos www.quissama.rj.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 30.2 e 30.4, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.

29.7. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes

30. CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

30.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

30.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

30.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.



30.8. A autoridade superior, a Secretaria Requisitante, poderá revogar esta licitação por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

30.9. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

30.10. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

30.11. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme previsto no § 3º, do Art. 71, da Lei Federal nº 14.133/2021.

30.12. Na hipótese da ilegalidade ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no Art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

30.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e findando-se estes somente em dias de expediente na Administração, disposto no Art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

30.14. O edital de licitação, e seus anexos, estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico www.quissama.rj.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br locais em que serão disponibilizados ainda o acompanhamento dos resultados das fases desta licitação.

30.15. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas. Por outro lado, havendo divergência entre o Edital e o Termo de Referência, prevalecerá este.

30.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

30.17. Para fins de dirimir controvérsias deste certame elege-se o foro competente da Comarca de Carapebus/Quissamã, excluído qualquer outro.

Quissamã, 20 de agosto de 2024.

Antônio Carlos dos Espírito Santo
Assessor Técnico de Minutas de Editais



SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Descrição do Objeto: A presente licitação tem por objeto a Seleção de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de banheiros com fornecimento de mão de obra e material de limpeza para manutenção dos banheiros e prédios administrativos do Parque de Exposições Renato Queiros Carneiro da Silva, durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ.

1.2. Da Natureza Do Objeto: Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de mão de obra e de consumo.

a) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 71 do Decreto Municipal nº 3842, de 12 de janeiro de 2024.

1.3. Órgãos Requisitantes

Nº	ÓRGÃO	CNPJ	FUNÇÃO
01	Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Pesca - SEMAG	31.505.027/0001-60	Gerenciador

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Descrição da Necessidade:

2.1.1. Definição: Trata-se da necessidade de contratação empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de banheiros com fornecimento de mão de obra e material de limpeza para manutenção dos banheiros e prédios administrativos do Parque de Exposições Renato Queiros Carneiro da Silva, durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ que acontecerá nos dias 05/09/2024 a 08/09/2024, conforme condições e quantidades e exigências estabelecidas.

2.1.2. Justificativa:

a) Considerando-se o grande fluxo de munícipes e visitantes durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ caracterizando alta demanda e o uso contínuo dos banheiros localizados no Parque de Exposições do município, torna-se essencial a presença de uma equipe de pessoal que garanta a higiene dos banheiros, com a existência de material de limpeza e higiene prontamente disponíveis, contribuindo para o bem-estar dos participantes do evento.



b) Considerando-se que o grande fluxo de munícipes e visitantes durante a XXVI Exposição exigirá que as estruturas administrativas e de gerenciamento do Parque de Exposições se mantenham ativas e operantes durante todo o período ocupando prédios públicos; torna-se essencial a presença de uma equipe de pessoal que garanta a higiene dos prédios públicos, com a existência de material de limpeza e higiene prontamente disponíveis, contribuindo para o bem-estar dos funcionários e participantes do evento.

2.2. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:

2.2.1. Considerando a opção do Municipal de implementar a Lei nº 14.133/2021 a partir do exercício de 2024, registre-se que não houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023, entretanto a presente demanda estará formalizada no PCA em execução de 2024.

2.3. Do Enquadramento Legal

2.3.1. O presente processo de aquisição/contratação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais, que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

2.4. Da Metodologia De Cálculo Das Quantidades

2.4.1. Os quantitativos das necessidades consta das folhas do Processo em tela.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. **Solução considerada mais viável:** A partir do levantamento de mercado e das possíveis soluções identificadas no ETP, entende-se que a solução de mercado mais viável e simples neste momento é a seleção de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de banheiros com fornecimento de mão de obra e material de limpeza para manutenção dos banheiros e prédios administrativos.

3.2. **Tipo de Solução:** Contratação de serviços.

3.3. **Enquadramento legal:** Pregão Eletrônico, conforme Artigo 17 e 29 da Lei 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

3.4. **Modelagem da Contratação:** Considerando a natureza do objeto, o valor total estimado e as vantagens para a Administração Municipal, recomenda-se:

a) **Modalidade:** Pregão Eletrônico

b) **Critério de Julgamento:** Menor valor global.

c) **Tipo de empenho:** Ordinário

d) **Da Vigência:** A vigência do instrumento contratual é de **04 (quatro) dias**, contados da data da sua assinatura, prorrogáveis por igual período, desde que ocorram casos fortuitos e força maior, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.

3.5. Da Garantia, manutenção e assistência técnica

3.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), bem como demais normativos que disciplinam o objeto.



3.6. Da Subcontratação

3.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

3.7. Da Alteração Subjetiva

3.7.1. Não será admissível a fusão, cisão ou incorporação da EMPRESA com/em outra pessoa jurídica.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Considerando a necessidade descrita neste documento e objetivando o estabelecimento de parâmetros mínimos que garantam o satisfatório atendimento da necessidade descrita, segue a descrição dos parâmetros mínimos que deverão ser respeitados pela solução a ser adquirida/contratada pela Administração Municipal.

4.2. Especificidades

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS				
TABELA 1 - Quantitativo de pessoal e respectivos postos de trabalho				
Item	Pessoal	Quantidade Turno diurno 12h (06:00 às 18:00)	Quantidade Turno noturno 12h (18:00 às 06:00)	Local de limpeza
01	Servente feminino	01	01	Banheiro Entrada
02	Servente masculino	01	02	Banheiro Entrada
03	Servente feminino	02	02	Banheiro Sala VIP
04	Servente masculino	02	02	Banheiro Sala VIP
05	Servente feminino	01	01	Banheiro Barracão
06	Servente masculino	01	01	Banheiro Barracão
07	Servente feminino	01	01	Banheiro Restaurante
08	Servente masculino	01	01	Banheiro Restaurante
09	Servente	01	01	Banheiro do concurso leiteiro
10	Servente	02	02	Banheiro da Administração Térreo
11	Servente	01	01	Banheiro da Administração 2º piso (sala do Secretário e da Assessoria)
12	Servente feminino	01	01	Banheiro do Tattersal
13	Servente masculino	01	01	Banheiro do Tattersal
14	Servente	01	01	Banheiro Poliesportivo



15	Servente	01	01	Centro de Convivência
16	Servente	01	01	Sala VIP
17	Servente	01	01	Tattersal
18	Servente	01	01	Administração 2º piso
19	Servente masculino	01	01	Vigilância Sanitária Animal
20	Encarregado Masculino	01	03	Rondas de inspeção de todos os banheiros masculinos
21	Encarregado Feminino	01	02	Ronda de inspeção de todos os banheiros femininos
Total		24	28	52 turnos de 12 horas

Resumo - SERVENTES – HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
45	12	04 DIAS	2.160 Horas
Resumo - ENCARREGADO - HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
07	12	04 DIAS	336 Horas
TOTAL			2.496 Horas

4.3. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

4.3.1 ENCARREGADO:

ATRIBUIÇÕES: Atuar na fiscalização do desempenho dos serventes, fazendo orientações quando for necessário, para que mantenham o ritmo de trabalho certificando-se da realização do mesmo.

4.3.2. SERVENTE:

ATRIBUIÇÕES: Os serventes deverão limpar, conservar e assegurar o bom funcionamento do local ao qual foi designado pelo encarregado, devendo comunicar ao seu superior imediato a falta de qualquer dos itens necessários a execução de sua atividade.

O valor da hora trabalhada será calculada com base na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria profissional, calculada pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Quissamã.

Tabela 2 – Lista de material de higiene e limpeza			
Item	Descrição	UN	Qtd.
01	Papel Higiênico na cor branca, não reciclado, folha dupla picotada, rolos com 30 m de comprimento, 10 cm de largura fardo com 64 rolos	Fardo	16



02	Papel Toalha Para Secagem de Mãos 20,5 X 20cm pacote com 1000 Folhas Interfolha, fardo com 5 pacotes	Fardo	10
03	Guardanapo grande folha dupla, medindo 30 x 30 cm, acondicionado em embalagem plástica, feito com 100% de fibras naturais, pacote com 50 unidades	Pacote	08
04	Copo plástico descartável 200 ml para água, pacote c/100 un, caixa contendo 30 pacotes de 100 un.	Caixa	03
05	Cloro acondicionado em embalagem plástica de 1L, caixa contendo 12 unidades	Caixa	08
06	Desinfetante bactericida em embalagem de 2L, caixa com 06 unidades	Caixa	08
07	Detergente líquido acondicionado em embalagem plástica de 500ml, caixa contendo 12 unidades	Caixa	02
08	Sabão em pó acondicionado em saco plástico de 500 g, caixa contendo 24 sacos	Caixa	16
09	Sabão de coco em barra, contendo 100 g	Un	70
10	Esponja para limpeza duas faces, sendo uma face para limpeza leve e outra em material resistente para limpeza pesada medindo aproximadamente 12 cm x 8 cm x 2 cm de espessura, pacote c/4un	Pacote	06
11	Álcool 70% líquido, embalagem plástica de 500 ml	Un	10
12	Pares de luvas de borracha na cor amarela, tamanho M	Par	40
13	Pano de chão 40 x 65 cm, duplo, 100% algodão, saco alvejado	Un	70
14	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 30 L, na cor preta	rolo	08
15	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 50 L, na cor preta	rolo	08
16	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 100 L, na cor preta	rolo	08
17	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 200 L, na cor preta	rolo	08
18	Vassoura de piaçava de madeira, com prego grampo e folha flandres, arame e cola	un	14
19	Rodo de plástico, duplo, 60 cm, com cabo	un	14
20	Café torrado e moído de primeira qualidade, com selo de pureza ABIC embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada com 500 g, fardo com 10 pacotes	Fardo	01
21	Açúcar cristal embalagem contendo 5 Kg, fardo com 5un	Fardo	01

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Local de entrega do objeto: O fornecimento de mão de obra e material de limpeza para manutenção dos banheiros e prédios administrativos deverá ser entregue no Almoxarifado do Parque de Exposições de Quissamã, localizado na Rua Manoel Gomes de Souza, 150, bairro Alto Alegre, Quissamã, RJ para ser utilizado durante a XXVI



Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ que acontecerá nos dias 05/09/2024 a 08/09/2024.

5.2. Constatadas inconformidades na execução do objeto, a administração pública, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a)** Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações, determinando sua substituição imediata;
- b)** Determinar sua correção e/ou complementação se houver diferença de qualidade, quantidades ou de partes.

5.3. As inconformidades deverão ser sanadas imediatamente, mantido o preço inicialmente ofertado.

5.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração.

5.5. As atribuições do Gestor, Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico consta no Decreto Municipal 3846/24 de 18 de janeiro de 2024.

Gestor	Carlos Fernando Baptista, matricula 7848
Fiscal Administrativo	Matheus Almeida do Desterro, matricula 7561
Fiscal Técnico	Lucia helena de Souza, matricula 7375

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1.1. O contrato ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais que a regulamentam, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

6.2.1. São obrigações da EMPRESA, além das obrigações a ela inerentes previstas no edital:

- a)** Executar o objeto conforme especificações deste neste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das obrigações, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b)** Corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, eventuais inconformidades;
- c)** Cumprir todas as obrigações comerciais, regulamentares e legais inerentes à execução do objeto, em âmbito municipal, estadual, federal e dos órgãos de classe e de regulamentação da atividade.
- d)** Comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no cumprimento do objeto, inclusive os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso aos documentos relativos à execução do objeto.
- f)** Manter durante toda a vigência do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- g)** Indicar preposto para representá-la durante a execução do instrumento contratual.
- h)** Arcar com eventuais prejuízos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da proposta.
- i)** Arcar com todas as despesas tais como, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.
- j)** Arcar com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais.
- k)** No caso das obrigações serem cumpridas por filial, apresentar os documentos que comprovem a sua regularidade fiscal, mantendo esta condição durante toda execução do objeto.

6.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.3.1. São obrigações da CONTRATANTE, além das obrigações a ela inerentes previstas no edital:

- a)** Fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas.
- b)** Indicar, formalmente, o gestor e fiscais para acompanhamento da execução objeto.
- c)** Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto.



- d) Notificar a EMPRESA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- e) Efetuar o pagamento à EMPRESA no valor proporcional ao cumprimento do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- f) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da EMPRESA, no que couber.
- g) Abster-se assumir quaisquer compromissos assumidos pela EMPRESA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da EMPRESA, de seus empregados, prepostos ou subordinados..

6.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.4.1 A licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021:

6.4.2 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso nos prazos legais, sendo-lhe franqueada vista do processo.

7. PAGAMENTO

7.1. Prazo de pagamento

7.1.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, contados após a data de execução dos serviços, prorrogáveis por igual período, desde que ocorram casos fortuitos e força maior, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.

7.2. Forma de pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado em parcela única, após assinatura do contrato e assinatura de início da ordem de serviço.

7.2.2. É obrigatória a apresentação das certidões negativas de regularidade fiscal no ato da apresentação das notas fiscais.

7.3. Cronograma de Desembolso

PARCELA	PRAZO	VALOR	PERCENTUAL
Única	Após a realização do serviço	100%	100%

7.4. Reajustamento de preços

Não se aplica nesse caso específico por se tratar de contrato com curto período de prazo de execução.

8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do seguinte critério de julgamento:

a) Menor Valor global.

8.1.2. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

a.2) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Valor Estimado: O valor total estimado é de **R\$ 58.877,24 (cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos)**

VALOR TOTAL	R\$ 58.877,24
--------------------	----------------------

9.2. Composição de Custos:

TABELA 1 - Quantitativo de pessoal e respectivos postos de trabalho - Resumo			
SERVENTES – HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
45	12	04 DIAS	2.160 Horas
Valor unitário	R\$ 21,584	Valor Total (R\$)	R\$ 46.621,44
ENCARREGADO - HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
07	12	04 DIAS	336 Horas
Valor unitário	R\$ 23,0772	Valor Total (R\$)	R\$ 7.753,92
Valor TOTAL das 2.496 horas trabalhadas (R\$)			R\$ 54.375,36

O valor da hora trabalhada foi calculada com base na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria profissional, calculada pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Quissamã.



Item	Descrição	UN	Qtd.	Valor unit.	Valor Total
1	Papel Higiênico na cor branca, não reciclado, folha dupla picotada, rolos com 30 m de comprimento, 10 cm de largura fardo com 64 rolos	Fardo	16	R\$ 41,900	R\$ 670,40
2	Papel Toalha Para Secagem de Mãos 20,5 X 20cm pacote com 1000 Folhas Interfolha, fardo com 5 pacotes	Fardo	10	R\$ 50,400	R\$ 504,00
3	Guardanapo grande folha dupla, medindo 30 x 30 cm, acondicionado em embalagem plástica, feito com 100% de fibras naturais, pacote com 50 unidades	Pacote	8	R\$ 8,990	R\$ 71,92
4	Copo plástico descartável 200 ml para água, pacote c/100 un, caixa contendo 30 pacotes de 100 un.	Caixa	3	R\$ 121,500	R\$ 364,50
5	Cloro acondicionado em embalagem plástica de 1L, caixa contendo 12 unidades	Caixa	8	R\$ 19,200	R\$ 153,60
6	Desinfetante bactericida em embalagem de 2L, caixa com 06 unidades	Caixa	8	R\$ 21,000	R\$ 168,00
7	Detergente líquido acondicionado em embalagem plástica de 500ml, caixa contendo 12 unidades	Caixa	2	R\$ 17,880	R\$ 35,76
8	Sabão em pó acondicionado em saco plástico de 500 g, caixa contendo 24 sacos	Caixa	16	R\$ 61,150	R\$ 978,40
9	Sabão de coco em barra, contendo 100 g	Un	70	R\$ 1,540	R\$ 107,80
10	Esponja para limpeza duas faces, sendo uma face para limpeza leve e outra em material resistente para limpeza pesada medindo aproximadamente 12 cm x 8 cm x 2 cm de espessura, pacote c/4un	Pacote	6	R\$ 3,190	R\$ 19,14
11	Álcool 70% líquido, embalagem plástica de 500 ml	Un	10	R\$ 4,130	R\$ 41,30
12	Pares de luvas de borracha na cor amarela, tamanho M	Par	40	R\$ 2,220	R\$ 88,00
13	Pano de chão 40 x 65 cm, duplo, 100% algodão, saco alvejado	Un	70	R\$ 3,000	R\$ 210,00
14	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 30 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 6,300	R\$ 50,40
15	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 50 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 14,280	R\$ 114,24
16	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 100 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 11,680	R\$ 93,44



17	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 200 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 33,980	R\$ 271,84
18	Vassoura de piaçava de madeira, com prego grampo e folha flandres, arame e cola	un	14	R\$ 7,88	R\$ 110,32
19	Rodo de plástico, duplo, 60 cm, com cabo	un	14	R\$ 12,800	R\$ 179,20
20	Café torrado e moído de primeira qualidade, com selo de pureza ABIC embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada com 500 g, fardo com 10 pacotes	Fardo	1	R\$ 147,400	R\$ 147,40
21	Açúcar cristal embalagem contendo 5 Kg, fardo com 5un	Fardo	1	R\$ 122,200	R\$ 122,22
Total					R\$ 4.501,88

O valor total estimado é de **R\$ 58.877,24 (cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, sendo **R\$ 54.375,36 de mão de obra** e **R\$ 4.501,88 de material de higiene e limpeza**.

Valor Mão de Obra	R\$ 54.375,36
Valor Material de higiene e limpeza	R\$ 4.501,88
Total estimado	R\$ 58.877,24

9.3. O valor foi estimado através de pesquisas de preços realizada no mês de julho de 2024, pela equipe da SEMAG, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais, conforme detalhado na planilha de pesquisa de preços (Mapa comparativo).

9.4. O custo estimado da presente contratação **não possui caráter sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente deste processo licitatório, conforme designação, correrá à conta de recursos específicos da SEMAG, consignados no Orçamento Municipal, conforme detalhado a seguir:

TABELA 02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA				
FUNCIONAIS	DESPESA	FONTE	FICHA	%
20.608.0136.2.148	33.90.39	170403 – ROYALTIES	3750	100



SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

ANEXO I/I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SEÇÃO I - DAS INFORMAÇÕES

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo nº: 9043/2024

1.2. Unidade Federativa: Prefeitura Municipal de Quissamã-RJ

1.2.1. Órgãos Requisitantes: Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca.

1.3. Introdução: Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para avaliação da solução mais viável ao atendimento da necessidade abaixo definida.

SEÇÃO II - DA NECESSIDADE

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Definição: Trata-se da necessidade de serviços de limpeza e conservação dos banheiros e prédios administrativos com fornecimento de mão de obra e material de limpeza do Parque de Exposições Renato Queiros Carneiro da Silva, durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ que acontecerá nos dias 05/09/2024 a 08/09/2024, conforme condições e quantidades e exigências estabelecidas.

2.2. Justificativa:

a) Considerando-se o grande fluxo de munícipes e visitantes durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ, caracterizando alta demanda e o uso contínuo dos banheiros localizados no Parque de Exposições do município, torna-se essencial a presença e permanência de uma equipe de pessoal que garanta a higiene dos banheiros, com a existência de material de limpeza e higiene prontamente disponíveis, contribuindo para o bem-estar dos participantes do evento.

b) Considerando-se que o grande fluxo de munícipes e visitantes durante a XXVI Exposição exigirá que as estruturas administrativas e de gerenciamento do Parque de Exposições se mantenham ativas e operantes durante todo o período ocupando prédios públicos; torna-se essencial a presença de uma equipe de pessoal que garanta a higiene dos prédios públicos, com a existência de material de limpeza



e higiene prontamente disponíveis, contribuindo para o bem-estar dos funcionários e participantes do evento.

3. ÁREAS REQUISITANTES

Nº	ÓRGÃO	CNPJ	FUNÇÃO
01	Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Pesca - SEMAG	31.505.027/0001-60	Gerenciador

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1. Considerando a necessidade descrita neste documento e objetivando o estabelecimento de parâmetros mínimos que garantam o satisfatório atendimento da necessidade descrita, segue a descrição dos parâmetros mínimos que deverão ser respeitados pela solução a ser adquirida/contratada pela Administração Municipal.

4.2. Especificidades

4.2.1. A metodologia de cálculo utilizado para definição do quantitativo total de material de limpeza baseou-se na experiência considerada exitosa da Exposição do ano anterior onde o material adquirido atendeu a demanda, sem significativa sobra de material e os serviços realizados foram elogiados pelo público. Ressalta-se que no cálculo do quantitativo de material levou-se em consideração, no que foi possível, a proporcionalidade de dias que duraram o evento, sendo a Expo 2023 com duração de 7 dias e a Expo 2024, prevista para durar 4 dias em 2024. Os itens café, açúcar e copos descartáveis foram inclusos pois os serventes, encarregados, alguns participantes do evento e funcionários em trabalho consomem esses produtos durante o evento.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

TABELA 1 - Quantitativo de pessoal e respectivos postos de trabalho

Item	Pessoal	Quantidade Turno diurno 12h (06:00 às 18:00)	Quantidade Turno noturno 12h (18:00 às 06:00)	Local de limpeza
01	Servente feminino	01	01	Banheiro Entrada
02	Servente masculino	01	02	Banheiro Entrada
03	Servente feminino	02	02	Banheiro Sala VIP
04	Servente masculino	02	02	Banheiro Sala VIP
05	Servente feminino	01	01	Banheiro Barracão
06	Servente masculino	01	01	Banheiro Barracão
07	Servente feminino	01	01	Banheiro Restaurante
08	Servente masculino	01	01	Banheiro Restaurante
09	Servente	01	01	Banheiro do concurso leiteiro



10	Servente	02	02	Banheiro da Administração Térreo
11	Servente	01	01	Banheiro da Administração 2º piso (sala do Secretário e da Assessoria)
12	Servente feminino	01	01	Banheiro do Tattersal
13	Servente masculino	01	01	Banheiro do Tattersal
14	Servente	01	01	Banheiro Poliesportivo
15	Servente	01	01	Centro de Convivência
16	Servente	01	01	Sala VIP
17	Servente	01	01	Tattersal
18	Servente	01	01	Administração 2º piso
19	Servente masculino	01	01	Vigilância Sanitária Animal
20	Encarregado Masculino	01	03	Rondas de inspeção de todos os banheiros masculinos
21	Encarregado Feminino	01	02	Ronda de inspeção de todos os banheiros femininos
Total		24	28	52 turnos de 12 horas

4.2.2. A metodologia de cálculo utilizado para definição do quantitativo total de horas trabalhadas relaciona a quantidade de banheiros existentes no Parque de Exposição a ser utilizado pelo público em geral e a equipe administrativa com a necessidade de mão de obra de servente e encarregado por turno diário de trabalho. O valor da hora trabalhada será calculada com base na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria profissional, calculada pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Quissamã.

SERVENTES – HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
45	12	04 DIAS	2.160 Horas
ENCARREGADO - HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
07	12	04 DIAS	336 Horas
TOTAL			2.496 Horas

4.3. ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

4.3.1 ENCARREGADO;



ATRIBUIÇÕES: Atuar na fiscalização do desempenho dos serventes, fazendo orientações quando for necessário, para que mantenham o ritmo de trabalho certificando-se da realização do mesmo.

4.3.2. SERVENTE:

ATRIBUIÇÕES: Os serventes deverão limpar, conservar e assegurar o bom funcionamento do local ao qual foi designado pelo encarregado, devendo comunicar ao seu superior imediato a falta de qualquer dos itens necessários a execução de sua atividade.

Tabela 2 – Lista de material de higiene e limpeza

Item	Descrição	UN	Qtd.
01	Papel Higiênico na cor branca, não reciclado, folha dupla picotada, rolos com 30 m de comprimento, 10 cm de largura fardo com 64 rolos	Fardo	16
02	Papel Toalha Para Secagem de Mãos 20,5 X 20cm pacote com 1000 Folhas Interfolha, fardo com 5 pacotes	Fardo	10
03	Guardanapo grande folha dupla, medindo 30 x 30 cm, acondicionado em embalagem plástica, feito com 100% de fibras naturais, pacote com 50 unidades	Pacote	08
04	Copo plástico descartável 200 ml para água, pacote c/100 un, caixa contendo 30 pacotes de 100 un.	Caixa	03
05	Cloro acondicionado em embalagem plástica de 1L, caixa contendo 12 unidades	Caixa	08
06	Desinfetante bactericida em embalagem de 2L, caixa com 06 unidades	Caixa	08
07	Detergente líquido acondicionado em embalagem plástica de 500ml, caixa contendo 12 unidades	Caixa	02
08	Sabão em pó acondicionado em saco plástico de 500 g, caixa contendo 24 sacos	Caixa	16
09	Sabão de coco em barra, contendo 100 g	Un	70
10	Esponja para limpeza duas faces, sendo uma face para limpeza leve e outra em material resistente para limpeza pesada medindo aproximadamente 12 cm x 8 cm x 2 cm de espessura, pacote c/4un	Pacote	06
11	Álcool 70% líquido, embalagem plástica de 500 ml	Un	10
12	Pares de luvas de borracha na cor amarela, tamanho M	Par	40
13	Pano de chão 40 x 65 cm, duplo, 100% algodão, saco alvejado	Un	70
14	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 30 L, na cor preta	rolo	08
15	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 50 L, na cor preta	rolo	08
16	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 100 L, na cor preta	rolo	08
17	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 200 L, na cor preta	rolo	08



18	Vassoura de piaçava de madeira, com prego grampo e folha flandres, arame e cola	un	14
19	Rodo de plástico, duplo, 60 cm, com cabo	un	14
20	Café torrado e moído de primeira qualidade, com selo de pureza ABIC embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada com 500 g, fardo com 10 pacotes	Fardo	01
21	Açúcar cristal embalagem contendo 5 Kg, fardo com 5 unidades	Fardo	01

SEÇÃO III - SOLUÇÃO

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. A partir da necessidade descrita, vislumbra-se que no mercado que é possível encontrar várias soluções, a saber:

- 5.1.1. Utilização de mão de obra e/ou material de higiene e limpeza das empresas contratadas pela Prefeitura de Municipal de Quissamã.
- 5.1.2. Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra;
- 5.1.3. Contratação de empresas para fornecimento de material de higiene e limpeza;
- 5.1.4. Compra de material de higiene e limpeza por meios próprios da Administração;
- 5.1.5. Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra com fornecimento de material de higiene e limpeza;

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Solução considerada mais viável: A partir da resposta da Secretaria de Administração (Memo 474/2024 de 18/07/2024 em anexo) que informa a impossibilidade de atendimento do quantitativo de mão de obra necessários por funcionários da empresa terceirizada contratada; através do levantamento de mercado e das possíveis soluções identificadas nesse ETP, entende-se que a solução de mercado mais viável e simples neste momento é a seleção de empresa especializada para fornecimento de mão de obra com fornecimento de material de higiene e limpeza.

A opção de contratação de uma empresa que forneça mão de obra e material de limpeza e manutenção dos banheiros se justifica para que não ocorram atrasos que possam prejudicar o evento, que tem data definida e curto prazo de duração.

6.2. Tipo de Solução: Contratação empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de banheiros com fornecimento de mão de obra e material de limpeza.

6.3. Enquadramento legal: O presente processo de aquisição/contratação será disciplinado pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelos Decretos Municipais, que regulamentam e referida Lei em âmbito municipal.

6.4. Modelagem da Contratação: Considerando a natureza do objeto, o valor total estimado e as vantagens para a Administração Municipal, recomenda-se:

a) **Modalidade:** Pregão Eletrônico



b) Critério de Julgamento: Menor valor global

c) Tipo de empenho: Ordinário

d) Da Vigência: A vigência do instrumento contratual é de **04 (quatro) dias**, contados da data da sua assinatura, prorrogáveis por igual período, desde que ocorram casos fortuitos e força maior, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decretos Municipais nº 3845/2024 e 3846/2024.

6.5. Da Subcontratação

6.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

6.6. Da Qualificação Técnica:

6.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.7. Modelo de Execução:

6.7.1. Local de entrega do objeto:

6.7.2. O fornecimento de mão de obra e material de limpeza para manutenção dos banheiros e prédios administrativos deverá ser entregue no Almoxarifado do Parque de Exposições de Quissamã, localizado na Rua Manoel Gomes de Souza, 150, bairro Alto Alegre, Quissamã, RJ para ser utilizado durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ que acontecerá nos dias 05/09/2024 a 08/09/2024.

a) A Administração Municipal não aceitará itens fora das especificações mínimas estabelecidas neste Instrumento.

b) Os casos fortuitos relacionados ao cumprimento do objeto deverão ser previamente comunicados à Administração Pública, que analisará a situação para uma tomada de decisão, considerando sempre o melhor interesse da administração pública.

c) Não há necessidade de apresentação de amostras dos produtos.

6.7.3. Constatadas inconformidades na execução do objeto, a administração pública, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:



a) Rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações, determinando sua substituição;

b) Determinar sua correção e/ou complementação se houver diferença de qualidade, quantidades ou de partes.

6.7.4. As inconformidades deverão ser sanadas imediatamente, contados do recebimento pela empresa da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

6.7.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração.

6.7.6. A EMPRESA deve utilizar, na entrega do objeto, pessoal habilitado e com conhecimentos adequados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

6.7.7. A EMPRESA deve manter seu pessoal orientado com relação ao funcionamento das instalações da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

6.7.8. A EMPRESA deve recomendar ao seu pessoal, quando em atividade, que se abstenham de qualquer outra atividade não correlata.

6.7.9. A EMPRESA não deve utilizar, na entrega, trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.7.10. A EMPRESA deve cumprir todas as obrigações legais e contratuais com seus prepostos, já que os mesmos não terão nenhum vínculo com a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

6.7.11. A EMPRESA responderá civil, criminal e administrativamente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do objeto ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

6.7.12. A EMPRESA é responsável pelas despesas com materiais, remunerações e vantagens e indenizações decorrentes de obrigações legais, contratuais ou oriundas de acidentes que venham a ser vítimas seus prepostos.

6.8. Levantamento Preliminar de Riscos:

6.8.1. A partir da experiência cotidiana do serviço público e considerando se tratar de um aspecto intrínseco ao estudo de viabilidade da solução considerada mais viável, elenca-se a seguir os riscos considerados mais relevantes ao qual o presente objeto estará exposto.

a) Riscos da Fase de Planejamento/Sessão Pública:

FASE – PLANEJAMENTO/SESSÃO PÚBLICA	
Nº	DESCRIÇÃO
01	Falha na elaboração do documento de formalização de demanda



02	Falha no dimensionamento dos quantitativos
03	Falha na elaboração do estudo técnico preliminar
04	Falha na escolha da solução
05	Falha na elaboração do Mapa/Matriz de Riscos
06	Falha na elaboração do termo de referência
07	Falha na realização da pesquisa de preços
08	Atraso na tramitação administrativo de contratação
09	Falha na elaboração do termo de contrato
10	Falha na elaboração do edital
11	Pedidos de esclarecimentos e impugnações.
12	Empresa licitante com proposta inexequível ou superestimada
13	Processo de contratação fracassada ou deserta.
14	Recusa em assinar contrato ou instrumento equivalente

b) Riscos da Fase de Gestão do Contrato ou Instrumento Equivalente:

FASE – FASE DE GESTÃO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	
Nº	DESCRIÇÃO
01	Insuficiência de recursos orçamentários.
02	Insuficiência/falha na comunicação entre as partes
03	Atraso na entrega do objeto.
04	Recebimento de produto fora das especificações mínimas
05	Ausência de entrega do objeto
06	Mudanças nas condições de mercado ou regulamentação
07	Insuficiência de recursos financeiros.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Valor Estimado: O valor total estimado é de **R\$ 60.897,86** (sessenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos).

VALOR TOTAL	R\$ R\$ 60.897,86
--------------------	--------------------------

7.2. Composição dos custos estimados:

TABELA 1 - Quantitativo de pessoal e respectivos postos de trabalho - Resumo			
SERVENTES – HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
45	12	04 DIAS	2.160 Horas
Valor Total (R\$)			R\$ 46.624,32
ENCARREGADO - HORAS			



QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
07	12	04 DIAS	336 Horas
Valor Total (R\$)			R\$ 7.751,04
Valor TOTAL das 2.496 horas trabalhadas (R\$)			R\$ 54.375,36

O valor das horas trabalhadas foram calculadas gentilmente pela Coordenadoria de Recursos Humanos a partir das resoluções da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, conforme anexo.

Tabela 2 – Lista de material de higiene e limpeza					
Item	Descrição	UN	Qtd.	Valor unit.	Valor Total
1	Papel Higiênico na cor branca, não reciclado, folha dupla picotada, rolos com 30 m de comprimento, 10 cm de largura fardo com 64 rolos	Fardo	16	R\$ 70,24	R\$ 1.123,84
2	Papel Toalha Para Secagem de Mãos 20,5 X 20cm pacote com 1000 Folhas Interfolha, fardo com 5 pacotes	Fardo	10	R\$ 50,40	R\$ 504,00
3	Guardanapo grande folha dupla, medindo 30 x 30 cm, acondicionado em embalagem plástica, feito com 100% de fibras naturais, pacote com 50 unidades	Pacote	8	R\$ 101,09	R\$ 808,72
4	Copo plástico descartável 200 ml para água, pacote c/100 un, caixa contendo 30 pacotes de 100 un.	Caixa	3	R\$ 175,98	R\$ 527,94
5	Cloro acondicionado em embalagem plástica de 1L, caixa contendo 12 unidades	Caixa	8	R\$ 56,62	R\$ 452,96
6	Desinfetante bactericida em embalagem de 2L, caixa com 06 unidades	Caixa	8	R\$ 29,40	R\$ 235,20
7	Detergente líquido acondicionado em embalagem plástica de 500ml, caixa contendo 12 unidades	Caixa	2	R\$ 26,87	R\$ 53,74
8	Sabão em pó acondicionado em saco plástico de 500 g, caixa contendo 24 sacos	Caixa	16	R\$ 61,15	R\$ 978,40
9	Sabão de coco em barra, contendo 100 g	Un	70	R\$ 1,54	R\$ 107,80
10	Esponja para limpeza duas faces, sendo uma face para limpeza leve e outra em material resistente para limpeza pesada medindo aproximadamente 12 cm x 8 cm x 2 cm de espessura, pacote c/4un	Pacote	6	R\$ 5,04	R\$ 30,24



11	Álcool 70% líquido, embalagem plástica de 500 ml	Un	10	R\$ 4,13	R\$ 41,30
12	Pares de luvas de borracha na cor amarela, tamanho M	Par	40	R\$ 2,88	R\$ 115,20
13	Pano de chão 40 x 65 cm, duplo, 100% algodão, saco alvejado	Un	70	R\$ 3,30	R\$ 231,00
14	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 30 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 12,46	R\$ 99,68
15	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 50 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 14,28	R\$ 114,24
16	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 100 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 18,98	R\$ 151,84
17	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 200 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 57,12	R\$ 456,96
18	Vassoura de piaçava de madeira, com prego grampo e folha flandres, arame e cola	un	14	R\$ 11,42	R\$ 159,88
19	Rodo de plástico, duplo, 60 cm, com cabo	un	14	R\$ 12,91	R\$ 180,74
20	Café torrado e moído de primeira qualidade, com selo de pureza ABIC embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada com 500 g, fardo com 10 pacotes	Fardo	1	R\$ 26,60	R\$ 26,60
21	Açúcar cristal embalagem contendo 5 Kg, fardo com 5un	Fardo	1	R\$ 122,22	R\$ 122,22
Total					R\$ 6.522,50

Valor Mão de Obra	R\$ 54.375,36
Valor Material de higiene e limpeza	R\$ 6.522,50
Total estimado	R\$ 60.897,86

O valor total estimado é de **R\$ 60.897,86 (sessenta mil, oitocentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)**.

8.3. Os valores unitários estimados do material de higiene e limpeza foram obtidos exclusivamente através de pesquisa em cotação enviada pela empresa Distribuidora São Franciscana, em anexo, utilizando-se como critério objetivo de precificação o valor da proposta.

a) Destaca-se que neste momento não foi realizada ampla pesquisa de preços, considerando que este procedimento será realizado por equipe específica. Assim sendo, os valores aqui demonstrados possuem apenas caráter estimativo, não devendo servir de preço final com vistas a licitação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO



9.1. Considerando que o volume e o valor estimado da aquisição em tela não é considerado de grande vulto, sendo possível que pequenas e médias empresas possam assumir sozinhas todo o objeto sem grandes dificuldades;

9.2. Considerando se tratar de itens comuns facilmente encontrados no mercado fornecedor;

9.3. Considerando que o parcelamento individual dos itens, ou seja, dividir o quantitativo total de um mesmo item criando-se vários lotes do mesmo item, de modo a permitir que várias empresas se saiam vencedoras de um mesmo item, possivelmente ocasionaria a assinatura de dezenas de Atas de registro, o que exigiria grande carga de trabalho e ocupação da estrutura administrativa para gestão e fiscalização;

9.4. Justifica-se o **não parcelamento** de itens objeto do presente estudo.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. O material de limpeza e conservação de banheiros a serem utilizados e prédios públicos durante a XXVI Exposição Agropecuária e Turística, Industrial e Comercial de Quissamã-RJ que acontecerá nos dias 05/09/2024 a 08/09/2024, não se encontra contemplado em nenhum outro processo de compra em curso. Entretanto, para a realização da Exposição Agropecuária como um todo, outras contratações correlatas estão sendo preparadas.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Considerando a decisão da Administração Municipal de implementar a Lei nº 14.133/2021 a partir do exercício de 2024, registre-se que não houve a formalização do PCA 2024 no decorrer de 2023, entretanto a presente demanda deverá ser formalizada no PCA em execução de 2024.

SEÇÃO IX - PLANEJAMENTO

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Com a presente contratação, espera-se a obtenção de uma solução de qualidade que supra, com efetividade, as necessidades do Órgão Requisitante, garantindo as melhores condições com o melhor preço que o mercado possa oferecer.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Dada a natureza do objeto, e considerando o momento de realização do presente estudo, percebe-se que as providências a serem adotadas pela Administração Municipal se referem à:

- a) Conversa prévia com os serventes e encarregados a serem contratados pela empresa para nivelar expectativas, obrigações e direitos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Impactos Ambientais: O objeto em análise terá como impactos ambientais:

- a) Geração de resíduos diversos durante a sua utilização dos produtos e serviços prestados.



14.2. Medidas mitigadoras: Como medidas mitigadoras recomendadas pela comunidade científica, à Administração Municipal, recomenda-se:

a) Providenciar que a Empresa contratada pela Prefeitura faça a coleta dos resíduos gerados durante o consumo dos itens a serem adquiridos, que serão acondicionados diariamente em locais e condições adequadas, de modo a impedir que sejam jogados diretamente no ambiente. Além disso, a empresa contratada fará a destinação adequada dos resíduos destinando-os a um aterro sanitário licenciado existente no município.

SEÇÃO V - VIABILIDADE

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a solução descrita no item 6 deste ETP se mostra técnica e economicamente viável e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, **DECLARO SER VIÁVEL** a contratação pretendida.

15.1.1. Justificativa da Viabilidade: A viabilidade se justifica pela natureza comum da solução, bem como pelas vantagens potenciais para a Administração Municipal, já que a natureza do objeto favorece a competição entre as empresas potencializando uma redução de custos em favor do Erário Municipal.

RESPONSÁVEIS: ELABORAÇÃO

São responsáveis pela elaboração do presente ETP, a partir das informações fornecidas pelos Órgãos Requisitantes:

Quissamã, ____ de _____ de 2024

Duvanil Ney Santana Aleixo - Mat. 13058

DAS AUTORIDADES COMPETENTES

Aprovo a solução definida neste Estudo Técnico Preliminar e autorizo o prosseguimento do processo com vistas à contratação ou ato equivalente.

Quissamã, ____ de _____ de 2024.

Luiz Carlos Fonseca Lopes
Secretário Municipal de Agricultura,
Meio Ambiente e Pesca

,



SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS

TABELA 1 - Quantitativo de pessoal e respectivos postos de trabalho - Resumo			
SERVENTES – HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
45	12	04 DIAS	2.160 Horas
Valor unitário	R\$ 21,584	Valor Total (R\$)	R\$ 46.621,44
ENCARREGADO - HORAS			
QTD.	QTD. HORAS/DIÁRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	TOTAL
07	12	04 DIAS	336 Horas
Valor unitário	R\$ 23,0772	Valor Total (R\$)	R\$ 7.753,92
Valor TOTAL das 2.496 horas trabalhadas (R\$)			R\$ 54.375,36

O valor da hora trabalhada foi calculada com base na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria profissional, calculada pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Quissamã.

Descrição		UN	Qtd.	Valor unit.		Valor Total
1	Papel Higiênico na cor branca, não reciclado, folha dupla picotada, rolos com 30 m de comprimento, 10 cm de largura fardo com 64 rolos	Fardo	16	R\$ 41,900		R\$ 670,40
2	Papel Toalha Para Secagem de Mãos 20,5 X 20cm pacote com 1000 Folhas Interfolha, fardo com 5 pacotes	Fardo	10	R\$ 50,400		R\$ 504,00
3	Guardanapo grande folha dupla, medindo 30 x 30 cm, acondicionado em embalagem plástica, feito com 100% de fibras naturais, pacote com 50 unidades	Pacote	8	R\$ 8,990		R\$ 71,92
4	Copo plástico descartável 200 ml para água, pacote c/100 un, caixa contendo 30 pacotes de 100 un.	Caixa	3	R\$ 121,500		R\$ 364,50
5	Cloro acondicionado em embalagem plástica de 1L, caixa contendo 12 unidades	Caixa	8	R\$ 19,200		R\$ 153,60
6	Desinfetante bactericida em embalagem de 2L, caixa com 06 unidades	Caixa	8	R\$ 21,000		R\$ 168,00



7	Detergente líquido acondicionado em embalagem plástica de 500ml, caixa contendo 12 unidades	Caixa	2	R\$ 17,880	R\$ 35,76
8	Sabão em pó acondicionado em saco plástico de 500 g, caixa contendo 24 sacos	Caixa	16	R\$ 61,150	R\$ 978,40
9	Sabão de coco em barra, contendo 100 g	Un	70	R\$ 1,540	R\$ 107,80
10	Esponja para limpeza duas faces, sendo uma face para limpeza leve e outra em material resistente para limpeza pesada medindo aproximadamente 12 cm x 8 cm x 2 cm de espessura, pacote c/4un	Pacote	6	R\$ 3,190	R\$ 19,14
11	Álcool 70% líquido, embalagem plástica de 500 ml	Un	10	R\$ 4,130	R\$ 41,30
12	Pares de luvas de borracha na cor amarela, tamanho M	Par	40	R\$ 2,220	R\$ 88,00
13	Pano de chão 40 x 65 cm, duplo, 100% algodão, saco alvejado	Un	70	R\$ 3,000	R\$ 210,00
14	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 30 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 6,300	R\$ 50,40
15	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 50 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 14,280	R\$ 114,24
16	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 100 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 11,680	R\$ 93,44
17	Sacos para lixo reforçado, rolo 30 sacos de 200 L, na cor preta	rolo	8	R\$ 33,980	R\$ 271,84
18	Vassoura de piaçava de madeira, com prego grampo e folha flandres, arame e cola	un	14	R\$ 7,88	R\$ 110,32
19	Rodo de plástico, duplo, 60 cm, com cabo	un	14	R\$ 12,800	R\$ 179,20
20	Café torrado e moído de primeira qualidade, com selo de pureza ABIC embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada com 500 g, fardo com 10 pacotes	Fardo	1	R\$ 147,400	R\$ 147,40
21	Açúcar cristal embalagem contendo 5 Kg, fardo com 5un	Fardo	1	R\$ 122,200	R\$ 122,22
Total					R\$ 4.501,88

O valor total estimado é de **R\$ 58.877,24 (cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, sendo R\$ 54.375,36 de mão de obra e R\$ 4.501,88 de material de higiene e limpeza.



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

Valor Mão de Obra	R\$ 54.375,36
Valor Material de higiene e limpeza	R\$ 4.501,88
Total estimado	R\$ 58.877,24



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

ANEXO II

(Descrição da Compra)



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA
EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro – Quissamã – RJ

P.M.Q.
Processo nº _____
Rubrica _____ Fls. _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO